



REVISTA DE CIÉNCIAS SOCIAIS

Civitas - Revista de Ciências Sociais

ISSN: 1519-6089

civitas@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio

Grande do Sul

Brasil

Andrade Aragão, Elizabeth Maria; Aparecida Novo, Helerina

Histórias-movimentos por cidadania Narrativas de conselheiros tutelares de Cariacica, ES

Civitas - Revista de Ciências Sociais, vol. 6, núm. 1, janeiro- junho, 2006, pp. 181-197

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74260110>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Histórias-movimentos por cidadania

Narrativas de conselheiros tutelares de Cariacica, ES

*Elizabeth Maria Andrade Aragão
Helerina Aparecida Novo**

Em um mundo globalizado e em tempos de políticas neoliberais, observamos um sistema de extração de mais valia jamais visto, o desencadear do desemprego estrutural e processos de exclusão em grande escala. No Brasil, vivemos uma realidade nacional contrastante do ponto de vista social, político e econômico, marcada por uma drástica desigualdade social.

Neste cenário, observa-se a presença do desânimo e de visões diversas sobre nosso futuro assim como inúmeras dificuldades no campo social e, especialmente, junto aos movimentos sociais. Esses obstáculos referem-se a uma pequena disposição para enfrentamento dos problemas vivenciados, para a exigência coletiva de direitos, ou mesmo, no enfrentamento dos processos de sucateamento dos

* Elizabeth Maria Andrade Aragão é doutora em Psicologia pela UFES, onde leciona no curso de Psicologia; áreas de pesquisa: violência e direitos humanos; práticas institucionais e movimentos sociais; participação e políticas públicas; processos ético-afetivos e construção de subjetividade; mail: baragao@terra.com.br.

Helerina Aparecida Novo é doutora em Psicologia Social pela PUC-SP e professora no PPG em Psicologia da UFES; vice-presidente da Abrapso-ES; áreas de pesquisa: violência e direitos humanos; representações e práticas sociais; processos ético-afetivos; mídia e construção de subjetividade; mail: helenovo@terra.com.br.

serviços e desmantelamento das instituições públicas. O que parece imperar é um certo ar de descrença e de desesperança como se as pessoas se encontrassem sem potência ou tivessem desistido.

Por outro lado, muitos são os que continuam resistindo e insistem na criação de outros possíveis. Não se curvam às predestinações dos discursos fatalistas que sinalizam a naturalização da história e ousam intervir, como podem, nos processos sociais em curso, enfrentando as dificuldades do dia a dia. Movem-se na tentativa de criação de outras realidades. Este texto pretende exemplificar aspectos de ações/práticas que são encaminhadas neste sentido, tomando como referência uma pesquisa realizada junto aos Conselheiros Tutelares do município de Cariacica, situado no estado do Espírito Santo.

Canais de participação nas políticas públicas

De acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) – Lei Federal 8.069 de 1990 – prevê-se a criação dos Conselhos Municipais de Direitos, dos Conselhos Tutelares e do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência enquanto tripé institucional responsável para a implementação da Política de Assistência à Infância e à Juventude brasileira. A instauração, tanto dos Conselhos de Direitos como dos Tutelares, tem se dado de maneira diferenciada nos municípios brasileiros. Dentre estes, observa-se que alguns apenas acataram a lei como uma formalidade imposta. Em outros, o nível de participação popular vem assegurando a criação de diferentes perspectivas e possibilidades no que tange a construção de um novo tipo de gestão pública que garanta, a esses canais institucionais, o caráter de sustentação dos interesses populares.

Sobre este aspecto, deve-se considerar a visão de Guará (1997) quando afirma que, a partir dos anos 80, a nova ordem constitucional regulamentou uma nova forma de participação social. A partir da autonomia concedida aos municípios, tem sido possível a ampliação da condição de cidadania, antes regulada e restrita. Esse movimento tem contribuído para o processo de desprivatização do espaço público, tradicional palco de favorecimentos pessoais, tornando-o verdadeiramente público. E, ainda, Lesbaupin (2000, p. 68), quando afirma:

Certos setores de ação governamental - como saúde, educação, direitos da criança e do adolescente, por exemplo - devem constituir Conselhos, onde têm assento membros do governo e representantes da sociedade civil (dos usuários, dos profissionais da área), numa composição paritária. O Conselho tem poder para formular propostas de políticas, programas, assim como para fiscalizar o setor. Embora sua constituição seja muito variada em nível nacional, embora a sua eficácia também seja muito diferente de uma municipalidade para outra, é certo que este instituto possibilita uma intervenção da sociedade civil inexistente antes de 1998 e que tem tido, algumas vezes, resultados muito positivos especialmente quanto à participação popular, ao envolvimento de setores da sociedade com a política setorial, o que resulta no controle da ação governamental e no exercício efetivo de cidadania.

Neste prisma vale a consideração do que é fundamental na concepção de democracia participativa. Lesbaupin (2000) situa três concepções sobre democracia, caracterizando-as como: uma visão conservadora de democracia, que propõe a participação da elite minoritária e a não-participação do homem comum como forma de garantia para a estabilidade social; a democracia representativa, que limita a participação do povo à escolha de seus representantes; e a democracia participativa. Para entendimento desta última, deve-se atter à proposição de processos que estimulem a participação efetiva da sociedade civil no encaminhamento das políticas públicas, ou mais concretamente, processos que assegurem tomadas de decisões na interseção dos âmbitos político e social. O que é consoante com a proposta de criação de novas estratégias para o enfrentamento dos inúmeros desafios sociais de nosso país.

Nesta ótica, é possível pensar que essas articulações podem vir a constituir um espaço para a construção de novas perspectivas sociais. Neste sentido, não basta apenas constatar o quanto este fato é premente, mas faz-se necessário também o conhecimento dos atores que podem empreender ou estão empreendendo tal tarefa. É primordial compreender o que pauta essa interação entre indivíduos e a estrutura de autoridade das instituições, uma vez que tal relação pode concorrer para uma nova noção de cidadania, como parte importante de uma rede de relações que se propõe a conquistar melhor qualidade de vida para todos. Neste sentido, o estudo em tela pretendeu evidenciar a vida de alguns Conselheiros Tutelares de Cariacica, analisando como estes têm se comprometido com a produção de uma outra realidade social.

Os caminhos metodológicos percorridos

Utilizamos como instrumento de coleta de dados a História Oral, especialmente na modalidade da história de vida. Ouvimos as narrativas de oito Conselheiros,¹ sobre particularidades de suas vidas, seus anseios, suas dúvidas, suas certezas momentâneas, suas crenças, seus temores, suas ironias, suas motivações, seus desesperos, como também sobre os cenários que vêm construindo ou desconstruindo no cotidiano.

O eixo narrativo proposto como roteiro relacionava espaços/tempos/funções e práticas vinculadas à infância, ao trabalho, à inserção na comunidade, à representação do poder, ao Conselho Tutelar e à perspectiva de futuro.

É necessário destacar que esses Conselheiros Tutelares são pessoas de baixo poder aquisitivo (renda familiar média em torno de 2 a 3 salários mínimos). Moradores do município de Cariacica,² um dos municípios mais empobrecido e populoso da Grande Vitória, com idades entre 40 e 55 anos, tendo a maioria apenas concluído o ensino fundamental. Têm participado de movimentos populares, bem como de movimentos religiosos. Quase todos são filhos de famílias que migraram para o município, durante os anos 60, e aí constituíram suas próprias famílias.

Fragmentos de histórias

Analisando as narrativas, foi possível estabelecer cinco grandes temas a partir da recorrência nas falas dos diferentes entrevistados. Optamos por apresentá-los com breves considerações, seguidas de extratos das narrativas de um entrevistado.

¹ Foram escolhidos aleatoriamente oito Conselheiros Tutelares que atuaram em duas gestões de 1996-1998 ou 1999-2001, e, ao mesmo tempo, que tenham atuado junto a uma das sub-regiões administrativas do Conselho Tutelar de Cariacica.

² O município de Cariacica caracteriza-se como um dos maiores “bolsões de miséria” que circundam a capital do Estado. A maioria de seus bairros, provenientes de loteamentos clandestinos, dispõe de infra-estrutura imensamente deficitária, com ausência de saneamento básico, espaços de lazer, escolas e calçamento. As condições de vida, de saúde e de educação da maioria dos seus habitantes são extremamente precárias e o município possui uma elevada taxa de homicídios (relacionada também a extermínios de cunho político).

Uma outra infância

É comum a todos os entrevistados a narrativa das dificuldades enfrentadas durante seus anos iniciais de vida. Elas giram em torno de dois núcleos comuns que podem ser destacados. O primeiro aponta para a vivência de relações familiares permeadas por tensões e exigências que chegam a manifestar-se em agressões físicas e mesmo pela impossibilidade da expressão de alguns comportamentos tidos como “naturalmente” desenvolvidos por crianças. Ainda que estas impossibilidades sejam ressaltadas, a vivência desse período da vida para os entrevistados sugere a consideração de outras formas de sociabilidade que foram tecidas e outras práticas de cuidado que lhes foram garantidas. O segundo dá destaque à situação de pobreza, carência e dificuldades econômicas experimentadas por suas famílias durante este período. Esses dois aspectos encontram-se intimamente relacionados e, nas narrativas analisadas, sinalizam para um questionamento sobre a naturalização de um determinado conceito de infância. Ou seja, o modo como esse período da vida foi experienciado pelos entrevistados permite-nos construir indagações acerca da infância como etapa da vida demarcada pela fragilidade e incapacidade.

Neste sentido, o que sobressai nas narrativas dos entrevistados é a vivência de uma infância desafiadora, marcada por momentos de abandono, carência, escassez, negligência, maus tratos, desafios e dificuldades a serem superadas. Ao mesmo tempo, uma busca permanente de estratégias para assegurar a sobrevivência, o que bem relata Rizzini (2000) em suas pesquisas quando trata das condições sociais que envolvem a realidade de crianças trabalhadoras, na qual se detecta um vínculo preciso entre condições precárias de ordem material e o envolvimento de crianças no processo produtivo para auxiliar a subsistência da família.

Além disso, essa infância sobressai como uma infância potencializada da busca de soluções que rompam com o aprisionamento a visões negativas e cerceadoras da realidade. Inscreve-se como um tempo para além do recebimento de cuidados, do tempo da inexperiência, do tempo da incapacidade. É também tempo de luta, de ação, de significação da vida como batalha contínua.

Tempo de tensões e exigências

As narrativas, em geral, partem da descrição de uma infância muito difícil. Observa-se no relato a vivência de tensões familiares e a necessidade de respostas a um conjunto de responsabilidades tidas como characteristicamente adultas assumidas muito precocemente. Essa fase circunscreve-se às condições precárias de vida, onde a sociabilidade se constrói em função da lógica do trabalho compartilhado no seio da família e o brincar se descontina como aspecto não prioritário ou mesmo como ato que emerge, secundariamente, enquanto preocupação.

Eu tive uma infância muito difícil, onde no começo, eu tinha muitas coisas, mas que logo depois eu perdi tudo. Meu pai se envolveu com o pessoal onde eu morava, dizem que foi mandado, e eu lembro como se fosse hoje, eu tinha meus dois anos e meio, eu estava do lado de fora da casa e a polícia chegou e levou meu pai sem nenhuma explicação. [...] Foi muito sofrimento porque minha mãe tinha acabado de ficar grávida de gêmeos, e mamãe já tinha cinco filhos, quatro mulheres e um menino, e já estava grávida de novo, e iria completar sete com os gêmeos [...]. Eu sei o que é as pessoas te dizerem que você merece morrer de fome, e você ter que sentir o cheiro da comida e não poder comer. Minha irmã morreu agarrada no meu cabelo tentando pedir alguma coisa, mas não tinha nada pra dar de comer, então, era muito sofrimento. [...] A nossa casa era de colunas de pau amarrado e as colunas cobertas de barro. E quando vinha a enchente, a gente ficava alagado. Tudo enchia de água e era chão, era terra batida mesmo e tudo ficava barro, não tinha nada. E a nossa cama, onde a gente dormia, mamãe botava folha seca de milho e forrava direitinho e a gente dormia e eu lembro que eu tinha medo de acordar com mordida de rato [...]. Eu ia com um carrinho vendendo verduras para poder ajudar a cuidar das minhas irmãs. Tinha vezes que eu não tinha força nem para abrir a sacola para poder colocar as moedas de tanta fome e sede. Mas, tinha que vender, se não minhas irmãs passavam fome e minha mãe também [...]. Então, se alguém me pergunta se eu tive infância, eu digo que eu não tive infância. Eu nunca ganhei uma boneca... Eu tinha um sonho de ganhar essa boneca e nunca ganhei... Nunca ganhei nada... Eu não tive essa infância... (Neusa).

Tempo de carências e escassez

A experiência da escassez destaca-se como elemento marcante e estruturante na vida de todos os entrevistados. De acordo com Sawaia (1999), este último aspecto justifica-se, pois demonstra o sofrimento ético-político como

fruto de determinantes econômicos que se entrelaçam com aspectos sociais e emocionais nos indivíduos. Portanto, antes de somente visualizarmos a fome e o desprovimento quase absoluto como traços de uma vida difícil, faz-se necessário considerar essas circunstâncias como determinantes que conformam nossos entrevistados. E, a bem dizer, a vida de parcela significativa da população brasileira.

Neste sentido, outro aspecto deve ser também considerado. Santos (1999), ao discutir a problemática dos “não-possuidores” e sua convivência com a pobreza e a escassez, ressalta que estes são obrigados a priorizar uma atitude de luta pela sobrevivência e a desenvolver uma prontidão de sentidos, que lhes sobressai como riqueza adquirida em função da própria experiência. Estes aspectos são fortemente expostos nas narrativas dos entrevistados, e parecem ser preponderantes no processo de reversão que efetivam em suas próprias vidas.

É com essa força que eles se eximem da contrafinalidade e, ao lado da busca de bens materiais finitos, cultivam a procura de bens infinitos, como a solidariedade e a liberdade; estes, quanto mais se distribuem mais aumentam (Santos, 1999, p. 3).

Os desafios decorrentes da vida marcada pela carência e pela escassez são freqüentes no cotidiano e relacionam-se aos afazeres da casa, ao mundo do homem do campo, ao mundo da fazenda do proprietário da terra, ao mundo de tarefas específicas para mulheres e para homens. Exigem observações cuidadosas e atentas, que facilitem o processo de contínua apreensão do sentido da ação no mundo. O sentido mesmo de uma história em que o deslize do bem e do mal, do certo e do errado, faz-se com grande fluidez. Não há fixação em ressentimentos. Produzem-se marcas, mas não mágoas.

Quando nós chegamos, não tinha mais casa pra gente morar, então nós fomos os primeiros sem-terra daqui. Aí, chegamos e não tinha mais onde morar. Outro fazendeiro que teve que adotar o papai e a gente foi para a beira de uma lagoa, morar num casebre, num lugar esquisito, com um monte de sapo gritando... isso eu me lembro, mesmo sendo pequenininha, eu me lembro... eu tinha muito medo, era escuro. E a casa não tinha porta, não tinha janela [...]. Meu irmão tinha um negócio de ficar cantando na beira do caminho, na beira da estrada e as pessoas passavam e davam moeda daqui, davam outra dali e, com isso, papai ia comprando comida até arrumar serviço [...]. Meu irmão mais velho ia para a roça com eles e eu, ficava em casa e tinha que dar conta de tudo [...]. Então eu aprendi

a costurar muito nova... eu, com 10 anos me lembro de costurar na mão... não tinha máquina, não tinha tesoura, não tinha nada para eu costurar, mas eu fazia roupa para mim, para minha mãe, para minhas irmãs, costurava mesmo... e roupa usada que ia daqui da cidade para lá, a gente transformava: virava do avesso, do direito, e costurava tudo na mão, e a gente ia arrumando as coisas (Antônia).

Um percurso de migrações sucessivas

Todos os entrevistados descrevem em suas narrativas uma trajetória de mudanças sucessivas. Nasceram em cidadelas localizadas no interior do Espírito Santo ou mesmo de outros estados e, juntamente com suas famílias, efetivaram um deslocamento progressivo para a capital. Do ponto de vista histórico, esses dados coadunam-se com a migração e a explosão demográfica registrada na Grande Vitória durante os anos 70 (Rocha, 1991).

Considerando a lógica dos migrantes (Santos, 1996), percebe-se, quanto ao arsenal de experiências acumuladas e às lembranças trazidas consigo, que elas não são, em geral, suficientes para as respostas que precisam dar às exigências cotidianas da vida na cidade. Por isso, em geral, após o atordoamento inicial, refazem-se em função do desprovimento que trazem consigo, já que o indivíduo pobre, minoritário, migrante, situa-se como alguém que mais abruptamente é atingido pelo choque da novidade. Todavia, por outro lado, mais facilmente realiza a descoberta de um novo saber. Ele é obrigado, frente ao novo espaço, a efetivar um novo aprendizado, uma nova formulação, uma nova inserção.

Neste sentido, é possível observar que todos foram instigados, muitas vezes junto de seus familiares, outras não, a efetuarem esse processo. Necessariamente, viram-se forçados a enfrentar rupturas de determinadas redes de proteção existentes nas pequenas localidades onde viviam, de vínculos familiares de que dispunham e apropriarem-se de novos códigos de sobrevivência, além de serem forçados a estabelecer novas relações pautadas em outras bases e valores.

Eu nasci em Colatina e passei a minha infância em Colatina mesmo, lá no Novo Brasil. Fui nascida e criada lá e saí de lá com 17 anos [...]. E uma dona amiga da minha mãe pediu para ela me levar para o Rio de Janeiro e fui, e fiquei 3 anos lá e estudei. Antes de ir para o Rio, eu fui para Linhares e lá a Dona não me deixou estudar. Então, eu voltei para casa e logo depois eu fui para o Rio. Depois de eu vim embora porque a minha mãe me chamou, eu fui direto para Vitória e já vim morar com o meu irmão (Graça).

Uma luta permanente pela vida

É perceptível o enfrentamento que travaram com quase todas as condições adversas com que foram obrigados a defrontar-se em suas vidas. Todos descrevem um processo de luta permanente pela vida. Convivendo com os limites impostos por suas condições materiais e sociais de vida, portam-se, muitas vezes, como guerreiros. “Cada dia acaba oferecendo uma nova experiência da escassez. Por isso, não há lugar para o repouso e a própria vida acaba por ser um verdadeiro campo de batalha... o que há mesmo é uma luta” (SANTOS, 1999, p. 4). Travam uma luta constante, seja pela sobrevivência em conjunto com seus familiares próximos, seja para a realização de seus estudos em consonância com o esforço para a obtenção de meios para a sobrevivência ou ainda para a efetivação de aprendizados que lhes garantissem condições de desenvolvimento no mundo do trabalho. Desta forma, pode-se depreender das narrativas dois eixos processuais que expressam bem esse investimento: a luta pela escolarização e a luta pelo trabalho.

Luta pela escolarização

No que diz respeito à escolarização, as narrativas trazem uma história de lutas cotidianas para a realização das exigências de cumprimento dos diversos níveis de escolaridade. Olhando com maior cuidado, é possível observar que o movimento que empreendem é de uma luta contra uma lógica excludente. É um conjunto de resistências cotidianas contra a impossibilidade de responder a tudo que é exigido pela instituição escolar: sapatos, uniformes, livros, cadernos, cartilhas e tempo. Essas exigências, que não podem ser atendidas inteiramente, obrigam-lhes à busca de alternativas.

Já há algum tempo, a história da educação brasileira demonstra que parcelas significativas da população foram excluídas do processo de escolarização.³ De certo modo, os entrevistados espelham essa lógica, materializada para além das suas vidas. Todos os narradores evidenciam dificuldades que enfrentaram para completar os estudos, mas, ao mesmo tempo, permitem ao ouvinte perceber sua insistência para alcançar determinado patamar de escolaridade.

³ Ver por exemplo Romanelli (1994, p. 84). Apontando dados fornecidos pelo Ministério da Educação e Cultura, mostra que 80,30% das crianças entre sete e quatorze anos da zona rural não freqüentavam a escola no ano de 1970.

A carência e as dificuldades não são motivos para a paralisia. Ao contrário, são fontes de desafios, criação e busca de soluções. É possível o aprender, é possível a ida à escola pela insistência e determinação. A persistência e a vontade instigam o transmutar da própria vida, uma ação positiva de criação e superação. Se não em um tempo contínuo, a essa superação vincula-se a trama cotidiana instalando um espaço permanente de aprendizados de habilidades, de capacidade de enfrentamento e inserção cada vez mais intensa no mundo.

Conforme assinala Spósito (1993), a luta por acesso e permanência na escola se entrelaça à luta das camadas populares por condições dignas de vida. Uma ilusão que, conforme mostra essa autora, fecunda a batalha por ampliação de direitos políticos e fertiliza aprendizados inusitados. As táticas criadas pelos entrevistados para concretizar o acesso e a permanência na escola indicam não apenas a face excludente e discriminatória do sistema público de ensino. Revela também as artes cotidianas que recriam esse cotidiano fazendo da escola não apenas elemento reproduutor das desigualdades. Ao mesmo tempo em que colocam a nu tais desigualdades, essas táticas mostram que as camadas populares não podem ser vistas como constituídas de sujeitos apáticos, amorfos, conformados com as situações materiais e subjetivas de vida, ao contrário, como pessoas que persistem cotidianamente na reversão de tais condições. Desse modo, nas narrativas sobressaem as diversas estratégias que utilizaram para materializar esse direito negado.

Nunca tinha ido à escola até os onze anos. Trabalhava só. Com onze anos já trabalhava [...]. O padre perguntou se eu sabia rezar, e todas as rezas que ele perguntou eu sabia [...] então ele perguntou se eu estava na escola e eu falei que não. E ele falou assim: fala com sua mãe que eu vou te colocar na escola, amanhã mesmo. E eu botei aquilo na cabeça, cheguei em casa e comecei no ouvido da minha mãe: eu quero ir para escola, eu quero ir para escola [...]. Até que um dia passou uma professora na nossa casa, que dava aula particular, passou até procurando alunos, e eu fui. Comecei a estudar na escola que ficava perto. Perto que eu falo é assim: uma hora de andar a pé [...]. Então, eu comecei a ir, mas aí eu precisava de material, precisava de livro, precisava de cartilha. Eles nunca compravam para mim a cartilha. Aí, eu pedi emprestado para o namorado da minha irmã, e ele me emprestou. Como era muito longe para eu ir sozinha, a minha mãe falou assim: agora seu irmão vai junto, um abaixo de mim, porque você não pode ir sozinha. Aí compraram para ele uma cartilha bonita, maior para ele, e a minha era velhinha, pequenininha. [...] Eu peguei no caminho com ele e falei assim: vo-

cê é menor que eu, então você fica com essa cartilha aí e me dá a sua pra mim. Troquei com ele e fui para a escola com tanta vontade que eu li aquela cartilha em pouco tempo [...]. Quando eu ia na rua comprar as coisas para ela, porque a gente não tinha na roça, eu falava assim: mãe posso comprar um caderno pra mim? E ela falava não, senão a conta fica muito cara. Aí, eu ia e aumentava alguma coisa que ela pediu e comprava um caderno escondido para ter como escrever [...]. Foi uma luta muito grande para mim fazer a segunda série [...] (Carlinda).

Luta pelo trabalho

A luta pelo trabalho é parte essencial da história de todos. Desde muito cedo, tiveram que se envolver nos afazeres da vida na roça, ou da casa, ou da casa da patroa, ou atuarem como vendedores na rua. Como já assinalado, a luta pela sobrevivência familiar faz-se imbricada com o trabalho, com o esforço para a efetivação do processo de escolarização e como ingrediente motor para as vivências desses âmbitos. É possível observar que os acontecimentos vividos foram disparadores de potência. Os movimentos empreendidos por eles, de certa forma, sinalizam disposição e compromisso com a expansão da vida. Não sucumbem às duras condições de existência. Sempre há espaço para outras possibilidades, para outros investimentos.

Todo esse movimento é observado nas narrativas de nossos entrevistados. Há uma luta constante. Não importa o tempo: seja com seis, oito ou dez anos de idade, a vida exige respostas. A sobrevivência é assegurada com trabalho e despojamento para novos aprendizados e novas incursões em um mundo que vai sendo conquistado. O crescimento se dá como uma elipse. Apropria-se de um saber-fazer, dominam-se outros conhecimentos, torna-se cada vez mais apto para outras perspectivas. O que parece importar é o domínio de fazeres que garantam novas possibilidades. Outros espaços no trabalho e na vida. Trabalho é equivalente à apropriação e conquista. Trabalho é equivalente à possibilidade de novos rumos e inscreve-se no registro de outras possibilidades de existência.

Eu fui ser vendedor ambulante de salgados... eu vendia pastel, bolinho de aipim, quibe, muxá e cuscuz... A minha mãe fazia, a gente mesmo fazia em casa, a gente ajudava fazer [...]. Quando parei de vender as coisas, eu fui trabalhar numa casa de família como faxineiro. Daí, eu encerava... aprendi a passar cera no chão,

lavar banheiro, tirar a poeira dos móveis e passar óleo de peroba nos móveis. Eu fiquei quase dois anos nessa casa, com esse pessoal. Com isso eu cresci muito, né? Aí, eles arrumaram para eu trabalhar no supermercado São José. [...] Eu tinha 16 para 17 anos... e era carteira assinada, carteira de menor [...]. Depois que saí do supermercado eu fui trabalhar no Tubarão, como servente [...]. Lá no Tubarão, eu ganhava 65/hora, era um salário mínimo e a gente sabia quanto ganhava por hora. Mas eu sempre ganhei mais, porque eu sempre fiz hora extra. [...]. Eu calculava tudo, quantas horas que eu tinha de 50%, quantas horas de 100%... Saí do Tubarão e fui trabalhar numa empreiteira da Escelsa. Fui trabalhar de ajudante da telefonia... Telefone.... picava vala, lá em Carapina....Aí, depois eu saí da telefonia, fui pra parte elétrica, trabalhar de esporeiro. Trabalhando em um poste, botando uns ferros nas pernas para poder subir.... A gente botava iluminação, rede elétrica. Construía nova, reformava as velhas... Eu entrei como ajudante e saí como oficial também. Era outra profissão que entrou na carteira. [...] Em Ponte Nova, eu trabalhei numa fábrica de papel por um ano e pouco, mas como eletricista de manutenção. Eu dava manutenção na fábrica. Eu fui ganhando profissões sem cursos. Eu nunca precisei fazer cursos... fiz alguns cursos manuais, mas esses de pedreiro, de eletricista foi no laço. Aí, eu fui só crescendo. Eu fui convidado para trabalhar na comunidade [...]. Como eu já tinha habilidade manual também, eu fui para lá. Fui ensinar confecção de bolsa. Hoje eu dou curso de tapeçaria (Azione).

Participação comunitária

Outro aspecto destacado nas narrativas relaciona-se ao envolvimento de todos com as questões e problemáticas de seus bairros, assim como uma forte atuação no plano das práticas religiosas. Entendem que habitar o mundo é necessariamente pisar um território de maneira compartilhada com outros homens. É conviver. Conviver com pessoas com percursos, pensamentos e práticas diferentes. É fundamentalmente entrelaçar-se com todos, captando suas experiências, interrogando-se a partir de suas práticas e imiscuindo-se nas ações coletivas que passam a ter sentido para a coletividade. Supera-se o sentido dos exclusivos interesses individuais. “[...] não há negociação possível, já que, individualmente, não há força de negociação. A sobrevivência só lhes é assegurada porque as experiências imperativamente se renovam” (Santos, 1999, p. 2).

Pode-se compreender a importância do compartilhamento do cotidiano, já que, em função de suas descontinuidades ou fraturas, é possível, por meio da partilha, a produção de outros conhecimentos e a execução de ações gestadas em comum.

O senso comum é comum não porque seja banal ou mero e exterior conhecimento. Mas porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social. Nela o significante se precede, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência (Martins, 2000, p. 59).

A vivência, nas atividades da igreja, enlaça-se nessa mesma perspectiva. Todos os entrevistados relatam uma grande implicação com a “celebração da vida cristã”. Neste aspecto, não têm a visão de uma igreja sacralizada, fechada em si mesma e distante do cotidiano dos seus fiéis, mas sim de uma igreja comprometida com os anseios populares, com a vida do povo e com os movimentos sociais organizados. Estar na igreja celebrando significa envolverem-se nos movimentos, exige atuação prática nas lutas sociais. Significa incitar uma atuação eclesial que se configura a partir das práticas litúrgicas não dissociadas da ação pastoral.

Percebe-se que o sentimento de todos vincula-se à felicidade decorrente do “sentido de vitória como etapa de conquista da cidadania e da emancipação de si e do outro” (Sawaia, 1999, p. 105). O engajamento de todos, seja nas associações de bairros, nos grupos de mulheres, nas pastorais ou nos partidos faz-se com determinação e expressa a vivência de experiências desta natureza. Esse engajamento produz-se como potência de agir e supera a possibilidade do aprimoramento à lógica da apatia e do desânimo.

[...] eu voltei a fazer curso no Sesi, de corte e costura novamente, e lá eu vi o papo daquelas senhoras, de idade mais que a minha, mais esclarecidas. Falavam em comunidade, em participar disso e daquilo, de tudo. Alguma coisa me interessou e eu tinha amigas que participavam aqui. Aí, comecei a participar do grupo de mulheres. Depois comecei a participar do grupo de oração, e comecei a me ingressar, fui tomando gostinho e por aí foi. Eu via as pessoas falando sobre trabalhos sociais e eu não entendia. Na celebração falavam de compromisso, de problema. Eu me perguntava: o que eu tenho a ver com isso? [...]. Eu me lembro que na época, tinha o grupo de mulheres que começou a fazer umas passeatas... As estradas eram muito ruins, então, começaram a reivindicar. Depois inventaram de arrumar uma forma de estar cobrando do prefeito, colocaram umas valas ali na rua pra chamar atenção. Quando chovia, tinha que andar a pé, não tinha carro [...]. E aí, com isso eu entrei na associação de moradores, entrei no conselho da comunidade, entrei na equipe, comecei a pegar compromisso (Maria do Carmo).

Possibilidade de transformação

Um outro aspecto importante refere-se a uma forte crença, por parte dos entrevistados, de que algo pode e deve ser realizado por eles, com o propósito de busca de transformação do mundo que os cerca. Transformação que se relaciona à busca de mudanças nas condições de suas próprias vidas, nas condições estruturais de suas comunidades, nas condições de vida de seus pares e das pessoas em geral, nas condições dos serviços disponibilizados para a população e, finalmente, das políticas sociais implementadas pelo estado.

A crença de que uma mudança para melhor é possível percorre o discurso de todos e constitui o motor de suas práticas à frente do cumprimento de suas funções, seja como Conselheiros Tutelares, como partícipes de atividades ligadas à Igreja, como membros das associações de moradores ou outras entidades quaisquer. Acreditam que a mobilização popular pode instigar e exigir respostas e ações do estado.

Observa-se, por outro lado, uma grande descrença na ação dos políticos. Estes seriam movidos por propósitos distantes dos anseios da população, do que poderia ser uma proposição estadista e, portanto, não inspiram confiança. Ao contrário, em Cariacica, suas práticas contribuem para afirmar a certeza de que somente através dos gritos, lutas e reivindicações das comunidades os políticos serão forçados a responder por suas obrigações na vida pública.

Essa crença nas mudanças é expressa por meio da palavra *luta* e justificada em função de diversos fatores. Pelo fato de sonharem, de apostarem na vida enquanto um processo de mudanças possíveis, por acreditarem que a história faz-se cotidianamente como forma de superação das próprias dificuldades vividas na infância e nas suas vidas, ou ainda, para buscarem a proteção de crianças e jovens e assegurar-lhes um futuro mais digno. Uma crença que se confunde com sonho, esperança e, ao mesmo tempo, com persistência e ação.

Sobre este aspecto, concordamos com as considerações de Santos (1999) de que observa que os pobres acabam por desenvolver uma nova perspectiva de futuro, vinculada, em geral, à importância do espaço local

como propulsor para o enfrentamento de constantes desafios. O espaço que ocupam, geralmente desprovido de condições para respostas ao convite da sociedade de consumo, é transformado em “teatro da inovação”, já que nele se vivencia um futuro e um passado imediatos concomitantemente a um presente efetivado, não obstante inconcluso. O processo constrói-se de tal forma que sempre se faz com marcas de renovação. Neste sentido, o local ganha relevância. Projetam o município de Cariacica com outras marcas, almejando que seja construído cada vez mais em função de suas práxis, assim como da ação de outros tantos personagens.

Vale, neste aspecto, lembrar Martins (2000) quando analisa que a reprodução ampliada do capital não se faz sem um agravamento das contradições sociais. Por outro lado, a reiteração de tais contradições implica a reprodução das relações sociais que, no seu bojo, sinaliza para a repetição do velho, sem, contudo, impossibilitar uma certa criação do novo.

Pois é no instante dessas rupturas do cotidiano, nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão (Martins, 2000, p. 64).

O que parece posto é que todos acreditam na história como processo em construção e colocam-se o desafio de contribuir para que seja cada vez menos marcada por tanta desigualdade social. Esse desafio vincula-se à visão de que enquanto houver vida, algo pode ser realizado. O percurso é de desafios, superação de dificuldades, insistência, criação e construção de outros possíveis. Demonstram acreditar que é no jogo das forças sociais que a história se constrói, que as políticas se implementam. Não se mostram convencidos por discursos fatalistas ou célicos que apregoam o silêncio e a passividade dentro da ótica de que a insignificância das ações das pessoas não lhes permitirá intervir nos processos.

E quando a gente quer lutar junto, a gente transforma. Você sabe disso, que o povo tem força. Só que, infelizmente, o povo não sabe disso, tem medo. Saber até que sabe, só que muitos se acovardam. Mas o Padre Gabriel dizia que a igreja não pode se acomodar, nós tínhamos que, ao contrário, incomodar. E ele falava outra coisa que é assim: Deus se quiser transformar o mundo num piscar de olhos, ele transforma. Só que ele quer a participação de cada um, ele precisa que cada um atue no dia a dia [...]. Às vezes, nós somos muitos teimosos nessa questão de persistência. Eu acho que na verdade, nós somos sonhadores. Temos a cer-

teza de acreditar em um dia melhor [...]. No dia que gente deixar de sonhar, a gente morreu. O dia que você perder a esperança, eu acho que nesse dia tudo está morrendo, você não existe mais, você morre junto nesse dia. Você sonha tanto com um município melhor, você sonha com um bairro melhor pra você andar. Ver as crianças brincando, você sonha de entrar numa casa... e talvez seja isso que me faz não desistir. Eu não sei, porque, às vezes, você tem que descobrir que é guerreira, você tem que descobrir que você luta muito, você sabe que são 4 anos de luta [...]. Deus não fez o mundo de uma vez só, foi devagar.. E nós também não nascemos quando nós fomos fecundados, nós levamos 9 meses para sermos gerados e depois nascer. A mesma coisa é o trabalho... Então, quando você sonha, eu acredito assim, quando você sonha, tem um objetivo, segue naquela direção, nada impede, você consegue. Não me pergunte como é que você chega, mas chega (Elza).

Buscando concluir...

Após a apresentação de breves análises e dos relatos dos Conselheiros Tutelares de Cariacica, algumas questões sobressaem como significativas e, com certeza, cada leitor poderá ressaltar as que lhe convier.

De nossa parte, consideramos que na virada do milênio, em uma conjunção espaço-temporal marcadamente atordoante, com traços de cinismo, naturalização e desesperança, os fragmentos da história de vida desses atores sociais rompem com a lógica da predestinação. Histórias-movimentos que sinalizam a significação de ações pautadas na crença da vida e na tentativa da construção de outros movimentos históricos. Ações que expressam persistência, insistência, aprendizados, coletivização, sonhos e esperança. Uma esperança que se vincula ao ato de tecer dia após dia uma outra vida com dignidade e, fundamentalmente, de criar outras formas de participação e cidadania. Cidadania entendida não como um simples padrão radicado no consumo e na necessidade de ter, mas no amplo leque de necessidades individuais, sociais e políticas que precisam ser contempladas e serem efetivamente transformadas em direito para todos.

Referências

- BRASIL. Decreto-Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 14 de outubro de 1990.
- GUARÁ, Isa Maria. Modernidade, adolescência e cidadania. In: BAPTISTA, Dulce et al. *Cidadania e subjetividade*. São Paulo: Imaginário, 1997, p. 43 -72.
- IPEA. *Pesquisa sócio-econômica*. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2003.
- LESBAUPIN, Ivo. *Poder local x exclusão social*: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.
- RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Angela. *Cafeicultura e grande indústria*: a transição no Espírito Santo 1955-1985. Vitória: Fundação Cecílio Abel de Almeida, 1991.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SANTOS, Milton. *A revolução tecnológica, a experiência da escassez e os limites da globalização atual*. Discurso proferido na ocasião do recebimento do título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Brasília, em 11 de novembro de 1999.
- . *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1996.
- SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SPÓSITO, Marília. *A ilusão secunda*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

Recebido em 27 de janeiro de 2006 e aprovado em 4 de fevereiro de 2006